

Ler e compreender a cidade:

pressupostos para uma análise hermenêutica da herança material do espaço urbano

Dário Ribeiro de Sales Júnior*

Resumo O objetivo deste artigo é compreender os pressupostos teóricos subjacentes a uma hermenêutica urbana. Aqui, debruçar-nos-emos sobre as implicações de compreendermos a infraestrutura urbana e as edificações que nos foram legadas pelas gerações que nos antecederam de forma análoga a um texto. Para tanto, buscaremos esclarecer algumas noções basilares da hermenêutica de Paul Ricoeur. Além disso, será possível vislumbrar as vantagens, em termos de nossa relação com a cidade, de considerarmos o passado como um “espaço de experiência” e o futuro como um “horizonte de expectativas”, como sugere Reinhart Koselleck. Creio que, assim como o discurso escrito, a herança material das cidades possui autonomia semântica e pode ser interpretada hoje de múltiplas maneiras por seus leitores. Deste modo, podemos afirmar que as ações que se desenrolam no presente histórico veem o passado como fonte inesgotável de recursos e possibilidades.

Palavras-chave: hermenêutica, temporalidade, história urbana.

Leer y comprender la ciudad: supuestos para un análisis hermenéutico del patrimonio material del espacio urbano

Resumen El propósito de este artículo es comprender los supuestos teóricos que subyacen a una hermenéutica urbana. Aquí nos centraremos en las implicaciones de entender la infraestructura urbana y las edificaciones que nos legaron las generaciones que nos precedieron de forma análoga a un texto. Buscaremos esclarecer algunas nociones básicas de la hermenéutica de Paul Ricoeur. Además, será posible vislumbrar las ventajas, en términos de nuestra relación con la ciudad, de considerar el pasado como un “espacio de experiencia” y el futuro como un “horizonte de expectativas”, como sugiere Reinhart Koselleck. Creo que, como el discurso escrito, el patrimonio material de las ciudades tiene autonomía semántica y puede ser interpretado hoy de múltiples maneras por sus lectores. De esta forma, podemos decir que las acciones que se desarrollan en el presente histórico ven en el pasado una fuente inagotable de recursos y posibilidades.

Palabras clave: hermenéutica, temporalidad, historia urbana.

Reading and understanding the city: assumptions for a hermeneutic analysis of the material heritage of urban space

Abstract The purpose of this article is to understand the theoretical assumptions underlying an urban hermeneutics. Here, we will focus on the implications of understanding the urban infrastructure and the buildings that were bequeathed to us by generations that preceded us in an analogous way to a text. Therefore, we will seek to clarify some basic notions of Paul Ricoeur’s hermeneutics. Furthermore, it will be possible to envision the advantages, in terms of our relationship with the city, of considering the past as a “space of experience” and the future as a “horizon of expectations”, as suggested by Reinhart Koselleck. I believe that, like written discourse, the material heritage of cities has semantic autonomy and can be interpreted today in multiple ways by its readers. In this way, we can say that the actions that unfold in the historical present see the past as an inexhaustible source of resources and possibilities.

Keywords: hermeneutic, temporality, urban history.

— **L**á se vão quase trinta anos desde que o historiador Bernard Lepetit (2016 [1993]) concluiu que lhe parecia mais “pertinente” e “proveitoso” analisar as cidades à luz da hermenêutica que da semiologia. Neste artigo, tenciono dar relevo às ideias provenientes da teoria do texto e da teoria da história que, manifestamente, nutriram as elucubrações de Lepetit. Mais especificamente, este trabalho visa esclarecer algumas noções basilares da hermenêutica de Paul Ricoeur tais como, por exemplo: o que significa compreender um texto? E quais as similaridades entre o discurso escrito e as demais ações humanas? Assim, poderemos discutir quais as implicações de compreendermos a infraestrutura urbana e as edificações que nos foram legadas pelas gerações que nos antecederam de forma análoga a um texto. Além disso, será possível vislumbrar de que maneira a nossa compreensão sobre o tempo condiciona a forma como nos relacionamos com a herança material das cidades; e quais ganhos podemos obter, em termos de nossa relação com a cidade, ao consideramos o passado como um “espaço de experiência” e o futuro como um “horizonte de expectativas”, como sugere Reinhart Koselleck.

A meu ver, o leitor que Lepetit (2016 [1993]) tinha em mente ao produzir o seu discurso era alguém já familiarizado com as discussões próprias da hermenêutica e da teoria da história contemporâneas. Assim, pretendo dar um passo atrás e dialogar com aqueles que, atualmente, encontram-se em um lugar no qual também já estive, isto é, estão interessados em compreender os pressupostos de uma análise hermenêutica das cidades, mas carecem de alguns fundamentos.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a hermenêutica textual e a da cidade compartilham o interesse pela recepção de uma obra por seus leitores. Assim, o historiador urbano empenhado em empreender uma análise hermenêutica deve atentar para a apropriação da herança material das cidades pelos cidadãos. Ao falar de uma herança material da cidade, estou me referindo aos elementos da paisagem urbana que nos foram legados pelas gerações que nos antecederam – a infraestrutura urbana, as praças e os jardins, as edificações etc. – cujo acúmulo faz da paisagem uma miríade de tempos. Provavelmente, uma das metáforas mais recorrentes para se referir às múltiplas temporalidades da paisagem é a que associa a cidade a um palimpsesto. Sendo assim, irei tematizar, em um primeiro momento, a forma como essa metáfora condiciona a nossa concepção sobre o passado.

Não são incomuns as interpretações acerca do espaço que o associam à estratificação e ao acúmulo decorrentes da materialização de tempos heterogêneos. É o caso, por exemplo, do geógrafo Milton Santos (2012 [1959], p. 103) que, ao se referir ao centro antigo da Cidade do Salvador, afirmava:

A variedade dos traçados, as gerações de construções, esses pedaços do tempo cristalizados na paisagem urbana, significam muito mais que as preferências urbanísticas ou arquitetônicas de uma ou outra época: são o mosaico dos séculos, mas representam também a sucessão das técnicas, toda a evolução da vida urbana, a soma do

* Dário Ribeiro de Sales Júnior é Cientista Social, Professor do Instituto Federal Baiano. ORCID <<https://orcid.org/0009-0006-1046-2286>>.

passado e dos modernos modos de ser, *cuja incorporação à vida urbana não se faz sempre segundo o mesmo ritmo.*

Milton Santos (2002 [1989], 1994), em suas análises, valeu-se algumas vezes da analogia entre a paisagem urbana e o palimpsesto.

A constatação de que diversos elementos que compõem uma cidade possuem trajetórias temporais descompassadas conduziu o historiador Bernard Lepetit a uma reflexão acerca do presente histórico. Interessava a Lepetit compreender “[...] as modalidades de presentificação dos passados” (2016, p. 183), especificamente através das relações entre os grupos citadinos e seus territórios. Lepetit (2016, p. 175), assim como Milton Santos, deu-se conta que:

Na escala das grandes intervenções do urbanismo, mas também na das mil pequenas mutações repetidas que modificam o tecido urbano, os tempos da cidade são fortemente demarcados. Nada indica que eles se ajustam continuamente à conjuntura econômica, às variações de população, às mudanças de hábitos dos cidadãos.

¹ A meu ver, é impossível enquadrar esses pensadores em esquemas simplificadores. Seria muito mais fácil para a argumentação que quero construir aqui, se eu pudesse dizer que o pensamento de Milton Santos corresponde a uma “contemporaneidade estática”, enquanto o de Bernard Lepetit aponta para uma “multiplicidade dinâmica”, para utilizar duas categorias propostas por Massey (2012). No entanto, embora Santos seja, por vezes, ambíguo em suas definições do espaço-tempo, não encontrei qualquer sugestão de que o espaço seria atemporal, muito pelo contrário. Lepetit, por sua vez, atribui o dinamismo do espaço não às próprias coisas, mas aos “atores sociais”. Esta não seria também uma forma de estase? Assim, penso que a distinção mais pertinente entre eles pode ser encontrada dentro do esquema analítico proposto pelo antropólogo Alfred Gell (1992) para classificar os pontos de vista acerca da metafísica do tempo. Então, podemos dizer que Santos estaria mais próximo da visão compartilhada entre os teóricos da série B, enquanto Lepetit comungaria das concepções da série A. Pois, não se trata de afirmar que há temporalidade em um e não em outro, mas de duas formas distintas de conceber o tempo.

Contudo, apesar das aparentes convergências entre os pensadores sobre a ação do tempo no espaço urbano, Lepetit rejeitava a concepção de que a cidade seria um palimpsesto, uma vez que subjacente a essa ideia haveria o pressuposto de que o que encontramos no presente são os vestígios ou traços de um passado dado como encerrado. Lepetit denominava de traços o conjunto dos “[...] fragmentos herdados dissonantes, de que as cidades são feitas [...]” (2016, p.215). Segundo ele, só haveria traços quando não houvesse a possibilidade de adequação entre a forma e alguma atividade a ser ali desenvolvida.

Lepetit afirmava que mesmo que o construído fosse antigo, nele não haveria passado, “mas um presente continuado de formas e usos.” (2016, p. 216). Para ele, uma construção antiga, mesmo destituída de seu valor social, pode ser sempre encarada como “uma reserva de sentido e de ação para o futuro.” (2016, p. 217). Por influência do pensamento de Marcel Roncayolo (1986), Lepetit defendia que a cidade era uma “categoria da prática social”. Por esta razão, para compreender as relações complexas entre os atores sociais e a herança material de seus territórios, parecia-lhe “mais pertinente e proveitoso” empreender uma análise hermenêutica da cidade.

Para mim, a raiz da divergência de interpretação entre Santos e Lepetit reside não apenas, mas principalmente, na forma como eles compreendem o tempo¹. Ambos mobilizam pensamentos bastante sofisticados sobre a questão, que não são sequer radicalmente opostos, dado que apresentam alguns pontos de confluência. Entretanto, creio ser perceptível na abordagem de Santos, ao tratar da cidade, a ênfase em uma noção especializada do tempo, na qual tempo e espaço se entrelaçam e se confundem, e a especificidade de cada um dos termos é posta de lado².

O geógrafo afirmava que “[...] o tempo, à imagem de Einstein, se confunde com o espaço, é espaço.” (SANTOS, 2002 [1989], p. 22). Em geral, os teóricos que lidam com esta concepção do tempo, oriunda da teoria da relatividade, atribuem características temporais não coincidentes e permanentes aos objetos (GELL, 1992). Trata-se de uma temporalidade que se organiza em termos de antes e depois, que são atributos

² Santos (1994, p. 39) defendia que as ciências sociais não poderiam tratar tempo e espaço separadamente, “sob risco de tautologia”, “já que as definições se tornaram recíprocas.”

temporais imutáveis. É apenas diante de uma tal concepção que a metáfora que associa a paisagem urbana a um palimpsesto pode soar adequada. Bernard Lepetit, por sua vez, permitiu-se pensar o tempo de forma mais dinâmica. Para ele, os atributos temporais dos objetos são circunstanciais e, portanto, plenamente revogáveis. É no presente que se julga, provisoriamente, se algo pertence ao passado ou não, sendo o principal parâmetro de avaliação a possibilidade de adequação entre as formas e os usos.

Igualmente importante aqui é a concepção de Milton Santos de que o espaço se impõe aos homens. Segundo ele,

A partir do momento que eu crio objetos, os deposito num lugar e eles passam a se conformar a esse lugar, a dar, digamos assim, a cara do lugar, esses objetos impõem à sociedade ritmos, formas temporais de seu uso, das quais os homens não podem se furtar e que terminam, de alguma maneira, por dominá-los. (SANTOS, 2002 [1989], p. 22)

Assim, temos que a cidade — um produto, em larga medida, das gerações que nos antecederam — nos impõe ritmos e modos de uso. Se quisermos, mais uma vez, pensar através de metáforas, na descrição acima a materialidade da cidade corresponderia às conchas que os crustáceos encontram ao acaso e adotam como morada. Nesse sentido, a relação dos grupos citadinos com a herança material de seus territórios seria muito mais de submissão que de apropriação e adaptação aos seus projetos contemporâneos.

Em uma outra ocasião, Milton Santos (1990) denominou de “revanche das formas” ao processo no qual as “formas criadas” se transformam em “formas criadoras”, impondo-se não apenas aos seus criadores, mas também aos sucessores destes. Trata-se de mais uma metáfora para se pensar a relação dos grupos citadinos com a materialidade das cidades, concebida por ele como “[...] aquilo que o passado nos herda e que implica uma submissão do presente; um presente submetido ao passado exatamente através das formas [...]” (SANTOS, 1990, p. 240). Lepetit, por outro lado, contrapôs-se ao determinismo subjacente a concepções como estas que, segundo ele, não se sustentavam diante de um exame empírico. Ele dizia:

Considerem-se os bairros de Nova York: as mudanças sociais de uso determinam as modalidades de resistência e a duração de vida do construído, muito mais do que o inverso. Ao contrário, em Paris, no Marais, a arquitetura antiga acomoda-se a usos sucessivos contraditórios, e as velhas moradas podem tornar-se consecutivamente, por meio de simples bricolagens internas, residências aristocráticas, ateliês, habitações burguesas. (LEPETIT, 2016, p. 216)

Outro aspecto do pensamento destes autores, que creio ser importante destacar, diz respeito à relação deles com o estruturalismo. Santos e Lepetit tomaram de empréstimo das análises estruturais ou semiológicas do urbano a ideia de que os elementos da cidade são espacialmente sincrônicos³. Santos (1994, p. 33) afirmava que, “da mesma forma que o sistema linguístico, cada sistema geográfico é sucedido por um outro, o qual recria sua coerência interna, ainda que cada variável isolada experimente um processo de mudança com ritmo próprio.” Lepetit, por sua vez, sem negar a existência de uma coerência interna⁴, entendia que era importante olhar para aquilo que as

³ Para a geógrafa Doreen Massey (2012), os “espaços do estruturalismo” foram concebidos de duas maneiras. De forma negativa, em contraposição ao tempo; assim, seus elementos constituintes seriam atemporais e não necessariamente contemporâneos. E, de forma positiva, neste caso, a definição do espaço dá ênfase às relações entre entidades coexistentes. Milton Santos e Bernard Lepetit se valeram de algumas destas ideias quando elas já haviam se beneficiado do debate pós-estrutural. Assim, ambos, ao se referirem à linguística, associam explicitamente a sincronia à ideia de entidades coetâneas e não atemporais. Ainda, Lepetit supôs que o espaço, assim como um texto, não constitui um sistema fechado, ao contrário, ele nos “abre um caminho de pensamento” (2016, p. 186).

⁴ Para mim, a coerência se refere exclusivamente ao tempo, no sentido de que são todos contemporâneos, apesar da diversidade de idades.

relações espaciais suscitam, para o que há de potencial e não apenas para o que está manifesto no sistema, pois só assim poderíamos efetivamente compreendê-lo, em sentido análogo ao da compreensão textual.

Bernard Lepetit construiu sua visão acerca do presente histórico a partir da leitura das obras de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck. O resultado, como veremos, não é uma visão mais subjetivista do tempo, mas uma na qual passado e futuro, como experiência e horizonte, podem ser compreendidos no presente como fonte perpétua para novos começos e retomadas, ou seja, como potência e indeterminação.

Ler e compreender as cidades

O meu objetivo nesta seção é apreciar criticamente as ideias que Bernard Lepetit associou a uma análise hermenêutica da cidade, ao passo que tento dar relevo também às ideias de Paul Ricoeur sobre o campo da teoria do texto, que nutriram as elucubrações do historiador. De antemão, é importante notar que a analogia a ser perseguida entre texto e cidade não é fortuita. Inclusive, outros pensadores já o fizeram, sobretudo de um ponto de vista semiológico (AGREST e GANDELSONAS, 1973, BROADBENT, 1997, BARTHES, 2001). O próprio Ricoeur (2003) escreveu sobre arquitetura — em um sentido lato, que incluía o espaço urbano — e narrativa, sob a chave interpretativa da tríplice mimese.

Os argumentos que pretendo mobilizar aqui exploram a correspondência estabelecida por Ricoeur entre o discurso escrito e as ações humanas. Uma vez que, de acordo com este filósofo, a ação humana e o texto se assemelham em muitos aspectos.

[a ação humana] é externalizada de um modo comparável à fixação característica da escrita. Ao se separar de seu agente, a ação adquire uma autonomia semelhante à autonomia semântica do texto; ela deixa um rastro, uma marca, ela é inscrita no curso das coisas e se torna um arquivo, um documento. Como um texto, cujo sentido é dissociado das condições iniciais de sua produção, a ação humana possui um peso que não está restrito à importância da situação inicial em que aparece, posto que permite a reinscrição de seu sentido em novos contextos. Finalmente, uma ação, como um texto, é uma obra aberta, direcionada a uma série indefinida de possíveis 'leitores'. Seus juízes não são seus contemporâneos, mas a história subsequente. [RICOEUR, 1991, p. 137-138, tradução nossa]

Parece-me conveniente abordar algumas ideias de Ricoeur, ao menos em seus aspectos gerais, para melhor entendermos tanto a analogia entre texto e ação quanto a apropriação realizada por Lepetit. Em um primeiro momento, exploraremos a hermenêutica associada ao texto, em seguida a analogia com o espaço urbano. Tomarei como ponto de partida a obra "Teoria da Interpretação", que é composta por quatro ensaios, nos quais são abordadas diversas questões referentes ao discurso escrito, porém todas de algum modo relacionadas ao que Ricoeur denominou de processo dialético de explicação e compreensão⁵. A questão central, para Ricoeur (1976, p. 83), no ensaio intitulado "Explicação e Compreensão" é: "[...] o que é compreender um discurso quando tal discurso é um texto ou uma obra literária?". Para respondê-la, o filósofo contrastou, nos mais diversos aspectos, a sua própria teoria, o modelo estrutural de análise (especialmente em Lévi-Strauss) e a hermenêutica romântica (notadamente em Dilthey).

⁵ Ricoeur (1991), face a determinadas aporias nos campos do texto, da ação e da história, convenceu-se de que era necessário substituir o dualismo metodológico entre explicação e compreensão, fruto de um velho debate epistemológico entre as ciências da natureza e as ciências humanas, por esse processo dialético que considerava muito mais sutil.

Uma diferença fulcral entre estas abordagens é que, enquanto no modelo estrutural a *explicação* do sentido da narrativa prescinde do conhecimento das motivações iniciais de seu autor ou de sua audiência; para a hermenêutica romântica, *compreender* o sentido de um texto implicava capturar as intenções semânticas de quem o produziu. Ricoeur, por sua vez, defendia que a interpretação de um discurso deveria ser entendida como um processo dialético que envolve tanto a explicação quanto a compreensão. Como veremos, para ele, estes não são termos mutuamente exclusivos, mas sim etapas ou fases de um mesmo processo.

De forma didática, Ricoeur descreve o processo dialético em questão como sendo composto por dois momentos: um primeiro movimento que vai da compreensão à explicação e um segundo que se desenvolve no sentido inverso. Segundo Ricoeur, a compreensão, em um primeiro momento, assume a forma de uma conjectura ou de uma “interpretação ingênua”. Isso se deve à “autonomia semântica” do texto, isto é, o discurso, ao ser inscrito, adquire autonomia em relação às intenções semânticas de seu autor. Por ter sido dissociado de quem o produziu e, portanto, não estar direcionado a nenhum interlocutor específico, o texto pode ser lido por “[...] quem quer que saiba ler.” (RICOEUR, 1976, p. 42). Assim, o sentido de um texto pode ser construído de diversas maneiras por seus leitores.

Contudo, o filósofo também afirmava que nem todas as conjecturas seriam igualmente válidas, posto que à luz do que sabemos, algumas interpretações do texto podem ser consideradas não mais verdadeiras, mas *mais prováveis* do que outras. Ricoeur defendia que as conjecturas pudessem ser validadas de acordo com os métodos próprios das ciências ideográficas. Este momento de validação corresponderia à explicação; seria o fim, portanto, da primeira fase do processo dialético e, ao mesmo tempo, o início da fase seguinte. Para Ricoeur, no âmbito da teoria do texto, a explicação semiológica do sentido da narrativa possibilita uma outra forma de compreensão, relacionada à função referencial do discurso⁶.

Na obra de Lepetit, a referência a este primeiro movimento do processo dialético de explicação e compreensão está associada a uma crítica à análise semiológica do urbano realizada pela historiadora Françoise Choay (1975).

Na tentativa de transpor para o urbanismo os métodos da linguística, Françoise Choay havia ressaltado de maneira convincente o sistema de correspondências que se pode estabelecer entre a forma da cidade e do discurso. Mas, atendo-se ao que não passa de um primeiro momento da análise hermenêutica, sua tentativa não escapa à ilusão da existência de uma objetividade textual fechada em si. (LEPETIT, 2016, p. 186, grifo nosso)

Para mim, aqui reside a razão do débito que Lepetit assumiu com o pensamento estrutural. Aceitar ou constatar a sincronicidade das temporalidades heterogêneas presentes no espaço urbano seria o momento dentro da análise que nos conduziria a uma outra forma de compreensão.

Em um outro ensaio, intitulado “Fala e Escrita”, Ricoeur discute, dentre outras coisas, a função referencial do discurso escrito. O filósofo explora as consequências do fato de que, neste tipo de discurso, nós, os autores, não estamos limitados a uma referência

⁶Para Ricoeur (1976), a análise estrutural, por exemplo, não faria o menor sentido se fosse capaz de neutralizar ou suprimir a função referencial do discurso. À afirmação do antropólogo Claude Lévi-Strauss de que “[os] mitos não dizem nada capaz de nos instruir sobre a ordem do mundo, a natureza do real, a origem do homem ou o seu destino” (1971, p. 571 apud VIVEIROS DE CASTRO, 2002), Ricoeur (1976, p. 98) respondeu: “Eliminar a referência às aporias da existência [...] seria reduzir o mito à necrologia dos discursos sem significado da humanidade.” Sem as referências, os mitos sequer funcionariam como operadores lógicos, pensava Ricoeur.

ostensiva. Isto é, devido à distância entre o escritor e o leitor, é-nos dada apenas, enquanto escritores, a possibilidade de identificar, mas não de apontar, por assim dizer, para as coisas às quais estamos nos referindo. Com isso, “[...] torna-se possível uma total abstração da realidade envolvente.” (RICOEUR, 1976, p. 92). Cabendo aos leitores atualizarmos as referências em nossa própria situação. No discurso falado, por sua vez, todas as referências são situacionais, isto é, se referem ao aqui e agora da situação interlocutória. Deste modo, o alcance referencial do discurso oral, em comparação, torna-se muito mais limitado.

Assim, na visão de Ricoeur (1976, p. 49), “graças à escrita, o homem e só o homem tem *um mundo e não apenas uma situação*.”. Ricoeur afirmava — a meu ver, de modo bastante elegante — que “é este alargamento do nosso horizonte de existência que nos permite falar das referências descortinadas pelo texto ou *do mundo aberto pelas exigências referenciais da maior parte dos textos*.” (1976, p. 49, grifo nosso). Compreender um texto, em última instância, é se apropriar desses mundos tornados possíveis pela ausência das referências ostensivas. Logo, podemos dizer que a compreensão nos permite ampliar nosso “horizonte de existência”, nos conduz a “um novo modo de olhar as coisas” e nos possibilita “pensar de uma certa maneira” (1976, p. 99).

Ricoeur (1976, p. 54) nos dizia que “o problema da escrita torna-se um problema hermenêutico quando se refere ao seu polo complementar, que é a leitura”. Não é por acaso que para a análise hermenêutica da cidade a questão central é a apropriação ou reinterpretação de uma herança material. Como vimos, a autonomia semântica se refere à alienação do texto em relação ao seu autor. Para Ricoeur, a apropriação do texto pelo leitor é a contrapartida dessa separação inicial. A distância existente entre a obra e o leitor é muito mais figurativa que denotativa e a possibilidade de superá-la nos é dada, em alguma medida, pela leitura. É através da compreensão que o texto deixa de ser um estranho e se torna algo próximo, desvela um mundo e alarga, deste modo, a compreensão que temos de nós mesmos. Ricoeur (1976, p.55) nos fala de uma “proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade.”.

Em síntese, Ricoeur afirmava que a compreensão não visa resgatar a intenção do autor, posto que o que deve ser apropriado é “[...] o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como *a direção do pensamento aberta pelo texto*.” (1976, p. 104, grifo nosso). Além disso, todo texto é plurívoco, afinal não se dirige a um leitor específico, mas “a quem quer que possa ler” e construir um sentido. Ainda, a apropriação não está limitada pelas capacidades de compreensão do leitor, uma vez que “a interpretação é o processo pelo qual o desvelamento de novos modos de ser [...] proporciona ao sujeito uma nova capacidade de a si mesmo se conhecer.” (RICOEUR, 1976, p. 106). Com isso, Ricoeur recusa qualquer precedência do “sujeito já senhor do seu próprio modo de estar-no-mundo” (1976, p. 106) sobre o texto e enfatiza a relação dialética, na qual a construção do sentido do texto é também uma forma de autocompreensão. Ou, como eu entendo essa ideia: se a apropriação do texto não serviu para que eu me transformasse, não posso dizer, de fato, que o compreendi.

Para que não percamos de vista a questão urbana, podemos pensar que, de modo análogo, a herança material que nos foi legada pelas gerações que nos antecederam

também possui uma “autonomia semântica” em relação a seus criadores. Compete a cada geração superar a distância que a autonomia engendra, interpretando sua herança em busca de novos sentidos ou caminhos possíveis. Bernard Lepetit afirmava que, ao reconhecermos que boa parte da infraestrutura material da qual usufruímos em nossa vida cotidiana nos foi legada pelas gerações anteriores, não deveríamos ser levados a concluir que “[...] como um bernardo-eremita, a sociedade cidadina move-se num construído que não é o seu.” (LEPETIT, 2016, p. 176).

Embora crítico da análise semiológica do urbano, Lepetit via com bons olhos, no estudo realizado por Françoise Choay (1975), o lugar reservado “aos fenômenos compensatórios de ressemantização” (2016, p. 180). A ressemantização urbana se daria através da reapropriação pelos atores sociais, no presente, das formas herdadas do passado. Assim,

Os sintagmas ultrapassados encontram-se englobados em novos sintagmas: as portas monumentais, que antes eram entradas de cidade, tornam-se sinais intramuros; nos bairros comerciais, as fachadas de andar térreo estão num processo constante de transformação; as antigas estações tornam-se museus, e as igrejas, salas de concerto. [LEPETIT, 2016, p. 180-181, grifo no original].

Lepetit defendia que o que há de específico nos estudos sobre a cidade é a associação entre as pesquisas sobre o modo de vida urbano e as investigações sobre as formas urbanas. Para o historiador, tais estudos não poderiam ser dissociados, posto que a própria “[...] cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado.” (LEPETIT, 2016, p. 177). Segundo Lepetit, um modo de abordar a morfologia urbana e os usos sociais em conjunto seria considerando os atores sociais e as suas modalidades de apropriação da cidade, uma vez que são os grupos cívicos que presentificam as múltiplas temporalidades do urbano, ao se apropriar das formas passadas em vista de seus interesses contemporâneos. Eu acrescentaria, pensando a partir da noção de “existência relativa” (LATOURETTE, 2001) e da própria concepção hermenêutica do efeito transformador do texto sobre nós, que se trata de um processo de inscrição temporal mútuo. Assim, não apenas as cidades, mas os próprios grupos seriam “presentificados” através da relação.

Lepetit (2016, p. 143) dizia que “as sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido de formas antigas. Elas as reinterpretam.”. Ao comentar a obra “A memória coletiva” de Maurice Halbwachs, Lepetit (2016, p. 185) observa que, para o sociólogo, a crença de que é possível “reencontrar o ontem no momento presente” é meramente ilusória. As memórias coletivas não são imutáveis, ao contrário:

A cada etapa de seu desenvolvimento, a sociedade remaneja suas lembranças de forma a adequá-las às condições de seu funcionamento. Assim, num processo de reelaboração permanente, de reconstrução perpétua, a memória exprime as verdades do passado com base nas do presente.” [LEPETIT, 2016, p. 185]

O mesmo raciocínio é válido para o espaço, posto que, na visão de Halbwachs, o espaço e a memória compartilham as características descritas acima. Logo, o espaço

é também produto de uma reelaboração permanente. Há, portanto, um trabalho ativo de seleção e reelaboração das formas do passado afim de adequá-las aos usos contemporâneos.

Lepetit reconhece que uma análise nesses termos redundaria em uma explicação tautológica, segundo a qual “[...] só subsiste do passado, provisoriamente, aquilo de que o presente se reapropria.” (2016, p. 186). Para o historiador, uma análise hermenêutica das cidades seria capaz de oferecer uma solução satisfatória a tal dilema, sem recair nos riscos da regressão ao infinito ou da explicação fatalista⁷. Assim, diante da discussão anterior, penso que o caminho para escaparmos da tautologia é conceber que os sentidos das formas urbanas podem ser construídos de múltiplas formas, bem como renovados permanentemente. Deste modo, a atualização operada no presente pode responder aos mais diversos projetos, sem com isso esgotar suas possibilidades. Em outras palavras, creio que o que subsiste no material é menos uma injunção que a indicação de possíveis caminhos a seguir. Algumas considerações acerca do tempo, especialmente da relação entre passado, presente e futuro, podem ser úteis neste ponto.

⁷No primeiro caso, as reapropriações do espaço se sucederiam infinitamente, toda apropriação procede uma anterior. No segundo, assumem um caráter teleológico.

Algumas considerações acerca do presente histórico

Nesta seção, lançarei mão das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, concebidas por Reinhart Koselleck (2006), a fim de refletir acerca do presente histórico. Iniciarei, contudo, abordando uma breve reflexão genérica acerca do tempo, posto que ela ilumina a acepção do presente histórico, como irei apresentá-lo aqui.

De acordo com Paul Ricoeur (1991), a especulação acerca do presente põe em relevo algumas aporias. O filósofo debruçou-se sobre três delas e, por fim, concluiu que a possibilidade de superação de uma dessas dificuldades não pode ser alcançada no plano especulativo, mas apenas no âmbito prático, isto é, através do fenômeno da datação. Partindo da constatação que considerou mais óbvia, Ricoeur nos diz que o nosso modo de compreender o presente é através da relação de oposição que este estabelece com o passado e o futuro. Contudo, ao voltamos a nossa atenção a esta relação perceberemos que ela é eivada de paradoxos.

O primeiro paradoxo advém da posição central que, em geral, tendemos a atribuir ao presente na relação com os outros tempos. Esta posição central nos permite falar do agora, do que aconteceu e do que está por vir, ou seja, conceber o presente como uma origem, a partir da qual os outros tempos se desdobram. Ela torna possível também desejar, temer, rememorar e se arrepender, isto é, projetarmo-nos tanto em direção ao futuro quanto ao passado e voltamos novamente ao presente. Neste caso, o presente não é mais uma origem, mas uma passagem, isto é, “[...] as coisas que tememos ou desejamos se aproximam, por assim dizer, do presente, atravessam-no, e então se afastam de nós se afundando em memórias, que em breve se tornarão esquecimento.” (RICOEUR, 1991, p. 209, tradução nossa)

O segundo paradoxo da relação de oposição entre presente, passado e futuro se manifesta ao consideramos tal relação como exterior ou interior ao presente. Quando dizemos que algo ou alguém *não é mais* ou *não é ainda* alguma coisa, é como se circunscrevêssemos os tempos e apontássemos o caráter transcendental

das relações entre eles. Ao contrário, quando dizemos que algo será assim *daqui para frente* ou que algo *já foi assim*, “[...] o passado e o futuro aparecem como modificações positivas do presente: o futuro será, e o passado foi um presente, enquanto o presente se reflete em si mesmo [...]” (RICOEUR, 1991, p. 210, tradução nossa). Evidenciamos, assim, a relação imanente entre os tempos.

O terceiro paradoxo diz respeito à oposição entre presente e instante. Ricoeur reconhece que há neste paradoxo algo de similar ao anterior. Na relação imanente entre os tempos, o presente resguarda tanto uma parte do futuro quanto do passado. A linguagem evidencia esta relação quando dizemos que algo é iminente ou que aconteceu recentemente. Para se referir a este passado recente que se mistura ao presente, Ricoeur, seguindo os passos de Husserl, utiliza o termo retenção, ao futuro iminente chama-o protensão. De acordo com o filósofo, tais relações são “[...] intencionais, internas ao presente [...], relações intencionais longitudinais que constituem o tempo como um fluxo contínuo.” (RICOEUR, 1991, p. 210, tradução nossa). O instante, por sua vez, se caracteriza por uma ruptura neste fluxo, que Ricoeur denomina incidência.

Para Ricoeur (1991, p. 210), a incidência não é uma “forma deteriorada de representação do tempo”. Para ele, “a dialética de incidência e iminência-recentidade é uma verdadeira dialética encontrada no próprio presente.” (RICOEUR, 1991, p. 210, tradução nossa). O filósofo nos diz que o presente é “irrepresentável”, que só é possível falar dele “obliquamente”, através de metáforas; e que apenas o instante, por sua vez, pode ser representado. Assim, se o tempo como um todo é irrepresentável, algumas partes dele não o são. Para Ricoeur, a forma de representar o instante é através de uma linha, na qual os pontos, sem espessura, determinam o fim do intervalo, a ruptura do contínuo.

De acordo com Ricoeur, a representação do instante como movimento torna-se semelhante ao presente, “[...] com suas zonas de iminência e recentidade” (1991, p. 211). Ao presente irrepresentável que, como vimos, é tanto uma origem quanto uma passagem, Ricoeur denomina tempo fenomenológico; o tempo que pode ser representado como uma série de instantes é o cosmológico. Para ele, a divisão entre esses tempos é irreconciliável especulativamente. Se, nas formulações anteriores, era possível conceber o presente de dois modos ao mesmo tempo, isto é, como origem e passagem, bem como sendo capaz de estabelecer relações transcendentais e imanentes com os outros tempos, agora, já não é mais; ou se é presente *ou* se é instante, uma concepção oblitera a outra.

Para Ricoeur, uma síntese possível entre o presente e o instante nos é dada apenas no âmbito da prática. Para demonstrá-la, ele recorre a um terceiro tempo que denomina de tempo do calendário. Trata-se da junção do tempo astronômico com os desdobramentos da vida cotidiana. Segundo Ricoeur (1991, p. 213, tradução nossa), “[o tempo do calendário] harmoniza trabalhos com dias, feriados com estações e anos. Ele integra a comunidade e seus costumes à ordem cósmica.”

O presente e o instante se entrelaçam no tempo do calendário, cuja expressão mais significativa é, para Ricoeur, o fenômeno da datação. A datação nos permite produzir intervalos, rupturas e incidências próprias do tempo cosmológico; ao passo que também possibilita nos remetermos a um passado ou futuro, que ansiamos ou

rememoramos a partir do presente, como na experiência do tempo fenomenológico. Conforme vimos, o fenômeno da datação é também a forma pela qual nos inserimos na história, uma vez que ela nos situa temporalmente em relação a outras pessoas e coisas. Contudo, tal fenômeno não nos deve servir apenas para a “recapitulação celebrativa” ou para a produção de uma “história para uso escolar” (LEPETIT, 2016, p. 224). Existem maneiras mais interessantes e proveitosas de estabelecer relações com o futuro e o passado. Neste sentido, creio que Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck nos ofereceram caminhos promissores.

Para Ricoeur, “é impossível falar [do presente histórico] sem situá-lo no ponto de interseção do que Reinhart Koselleck chama de o *horizonte de expectativa* e o *espaço de experiência*” (1991, p. 218, tradução nossa, grifo nosso). Na visão de Koselleck (2006), a força motriz da história advém da tensão existente entre o passado e o futuro, entre nossas experiências e nossas expectativas. De acordo com o historiador,

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. [KOSELLECK, 2006, p. 308]

Ou seja, são categorias que — vistas pelo historiador como um “dado antropológico prévio” (KOSELLECK, 2006, p. 308) — fundamentam a possibilidade da história e de seu conhecimento.

Ricoeur nos explica que a opção de Koselleck pela expressão espaço de experiência pode ser atribuída ao sentido que o termo experiência [*Erfahrung*] possui em alemão, posto que significa “[...] adquirir algo que se torna um *habitus*.” (RICOEUR, 1991, p. 218, tradução nossa). Ou seja, uma experiência não é algo apenas a ser rememorado; é, na verdade, constituinte daquilo que somos. O termo espaço, por sua vez, além de aludir a uma multiplicidade de itinerários potenciais, também faz referência a uma “estrutura de camadas, composta de aglomerações e estratificações” (RICOEUR, 1991, p. 218, tradução nossa). O uso da expressão horizonte de expectativa, na visão de Ricoeur, não poderia ser mais apropriado, uma vez que o termo expectativa é “amplo o suficiente para incluir [...] todas as manifestações [...] relacionadas ao futuro.” (1991, p. 218, tradução nossa). Enquanto o termo horizonte nos remete às noções de desdobramento e de superação comumente associadas à expectativa.

Para Koselleck (2006, p. 312), o espaço de experiência e o horizonte de expectativa não são meramente polos opostos, “[...] eles indicam maneiras desiguais de ser, e da tensão que daí resulta pode ser deduzido algo como o tempo histórico.” Na concepção de tempo mobilizada pelo historiador, passado e futuro possuem estruturas temporais distintas, mas que se condicionam mutuamente. O passado, assim como o espaço, é fruto do acúmulo de experiências. Novas experiências, bem como novas expectativas conduzem a uma reorganização das experiências anteriores. O futuro, por sua vez, é concebido como um espaço de experiência possível. Um espaço que se alarga a cada nova experiência. Porém, na condição de horizonte, estabelece um limite intransponível à experiência⁸.

⁸ Há uma canção recente de Gilberto Gil, na qual ele declama: “Não tenho medo da morte, mas sim medo de morrer. Qual seria a diferença? Você há de perguntar. É que a morte já é depois que eu deixar de respirar. Morrer ainda é aqui. Na vida, no sol, no ar. Ainda pode haver dor ou vontade de mijar [...]”. Parece-me bastante ilustrativa para conceber as estruturas temporais das experiências e das expectativas.

A assimetria entre espaço de experiência e o horizonte de expectativa, para Ricoeur, tem a ver com as características da ação humana. Ele nos dizia que a ação, seja ela individual ou coletiva, além de não ser responsável pelas circunstâncias em que se desenvolve, sempre produz resultados inesperados. Nas palavras de Koselleck (2006, p. 312), “[...] o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples de passado histórico.” O passado não é mero enquadre para a ação, mas a sua própria fonte de recursos. Neste sentido, Ricoeur e Koselleck afirmavam que o espaço de experiência é fundamental para o rompimento do horizonte de expectativa, mas não é suficiente. Porque o horizonte de expectativa só pode ser rompido diante de uma surpresa. A imprevisibilidade do resultado da ação humana pode engendrar a frustração de expectativas anteriores, tornar possível que as experiências passadas possam ser revisitadas à luz de novas expectativas, bem como modificar as experiências anteriores ao se associar a elas.

Koselleck defendia que só é possível haver história se a tensão entre as experiências e as expectativas forem mantidas. Deste modo, para Ricoeur (1991, p. 218, tradução nossa), é fundamental que o passado possa, sempre que necessário, ser “reaberto e as potencialidades inacabadas, frustradas e até mesmo massacradas” possam ser reacesas. Nas palavras de Bernard Lepetit (2016, p. 224), “é necessário [...] ‘resistir ao retraimento do espaço de experiência’, cessando de considerar o passado como encerrado para, ao contrário, reavivar suas potencialidades não realizadas.” Assim, temos mais algumas razões para rejeitar a metáfora que encerra o passado da cidade associando-a a um palimpsesto.

Penso que, a esta altura, as afirmações de Lepetit (2016, p. 222) de que “o tempo histórico realiza-se no presente” ou que “o passado [...] é um presente em movimento” não devem ser entendidas como adesão a um “presentismo” (cf. Hartog, 2013)⁹. Tampouco caberia aqui a crítica que Doreen Massey (2012) faz aos chamados “pós-modernos” que, segundo ela, supõem que o espaço é uma “instantaneidade sem profundidade”¹⁰. O presente histórico, de fato, adquire centralidade no pensamento de Lepetit. Não o faz, porém, obliterando os outros tempos. É possível conceber o presente tanto como um instante quanto como origem e passagem para o passado e o futuro. O presente, para Lepetit (2016, p. 222), “define-se como *uma modalidade particular de agenciamento* entre um ‘espaço de experiência’ e um ‘horizonte de expectativa’, entre um passado e um futuro que [os agentes] atualizam sob as formas da reconfiguração e do projeto.”

Considerações finais

Creio que resta claro que compreender um texto não significa identificar as intenções de seu autor. O texto, uma vez inscrito, autonomiza-se de quem o concebeu. Por esta razão, o discurso escrito não é unívoco. Ao contrário, seu significado é dinâmico e é capaz de desvelar um novo mundo a quem quer que saiba ler. De modo análogo, a materialidade das cidades, sua infraestrutura e suas edificações, que encontramos no presente, não estão aprisionadas ao passado nem às intenções de seus autores. Assim como o discurso escrito, a herança material das cidades possui autonomia semântica e pode ser interpretada hoje de múltiplas maneiras por seus leitores.

Deste modo, podemos afirmar que as ações que se desenrolam no presente histórico, frente a expectativas determinadas, veem o passado como fonte inesgotável de

⁹ Para Hartog, o presentismo se refere a uma das experiências contemporâneas do tempo, na qual “tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente” (2013, p. 39). O historiador associa o presentismo, por exemplo, às “cidades genéricas” e ao “espaço-lixo”, descritos pelo arquiteto Rem Koolhaas (2015) como espaços que ignoram a história e o envelhecimento.

¹⁰ Instantâneo porque supostamente viveríamos em um presente único, produto da globalização. E, sem profundidade porque descarta o passado e a história.

recursos e possibilidades; estas ações, pelo caráter imprevisível de seus resultados, tornam possível um reajuste tanto das expectativas futuras quanto das experiências passadas. As temporalidades da paisagem se caracterizam por sua abertura e indeterminação. Eis o ponto de partida para uma análise hermenêutica das cidades.

Referências bibliográficas

- AGREST, D. e GANDELSONAS, M. Semiótica e arquitetura: consumo ideológico ou trabalho teórico. In: NESBIT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1973], p. 130-141
- BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In:_____. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.114-128.
- BROADBENT, G. Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura. In: NESBIT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1977], p. 142-162.
- CHOAY, F. Urbanística e Semiologia. In: JENCKS, C. e BAIRD, G. (org.). *El significado en arquitectura*. Madrid: Hermann Blume, 1975.
- GELL, A. *The anthropology of time: cultural constructions of temporal maps and images*. Oxford: Berg, 1992.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOOLHAAS, R. *Três textos sobre a cidade*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- LATOUR, B. *A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: EDUSC, 2001.
- LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1976, p. 83.
- _____. Explanation and Understanding. In:_____. *From text to action: essays in hermeneutics*, II. Evanston: Northwestern University Press, 1991, p.137, tradução nossa.
- _____. Initiative. In:_____. *From text to action: essays in hermeneutics*, II. Evanston: Northwestern University Press, 1991, p. 208-222
- _____. Arquitectura y narratividad. *Arquitectonics: Mind, Land & Society*. Barcelona, N. 4, 2003, p. 9-29.
- RONCAYOLO, M. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986, Vol. 8, p. 396-415.
- SANTOS, M. *O centro da Cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1959].
- _____. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*. São Paulo, Vol. 54, N. 02, Out/Dez 2002 [1989], p. 21-22.

SANTOS, M. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: *Seminário de História Urbana*, 1, 1990, Salvador. Resumos. Salvador: Edufba, 1990, p. 240

_____. *Técnica, espaço, tempo*: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 33

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, Vol. 8, N. 1, p. 113-148, Abril 2002, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Set. 2021

Recebido [Abr. 20, 2022]

Aprovado [Mai. 15, 2023]